



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O SUPRIMENTO DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO
SAAE VIÇOSA, NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL)**

Viçosa/MG

Outubro de 2023.

INDICE

1.	OBJETO	3
2.	JUSTIFICATIVA	3
3.	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	4
4.	CONDIÇÕES GERAIS	6
4.3.1.	DO PREÇO MÉDIO	6
4.3.1.	DO VALOR GLOBAL	7
5.	CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA	7
6.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	8
7.	HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	8
8.	HABILITAÇÃO JURÍDICA	10
9.	HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA	10
10.	CONSÓRCIO	10
11.	DA SUBCONTRATAÇÃO	11
12.	PRAZO LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	11
12.1.	PERÍODO DE FORNECIMENTO	11
12.6.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	11
12.7.	LOCAL	12
13.	MEDIÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS	12
14.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	13
15.	OBRIGAÇÕES DO SAAE	14
16.	DAS UNIDADES DO SAAE	14
17.	CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, REGIME DE EXECUÇÃO, E RECURSOS FINANCEIROS	15
18.	VALOR MÁXIMO ESTIMADO	15
19.	DA PROPOSTA	16
20.	DA SANÇÕES	17
21.	GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	17
22.	DA GARANTIA DA CONTRATADA	18
23.	DA PROPRIEDADE E SIGILO	18
	ANEXO I – CONDIÇÕES COMERCIAIS DO OBJETO	19
	ANEXO II – RESUMO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS	32
	ANEXO III – DAS UNIDADES CONSUMIDORAS	35
	ANEXO IV – BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS	36
	ANEXO V – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	37
	ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA	38
	ANEXO VII – GLOSSÁRIO	39



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
3/42

1. OBJETO

AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO TIPO 50% INCETIVADA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL) PARA O SUPRIMENTO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VIÇOSA – SAAE VIÇOSA, COM PONTO DE ENTREGA NO CENTRO DE GRAVIDADE DO SUBMERCADO SUDESTE/CENTRO OESTE.

2. JUSTIFICATIVA

O SAAE Viçosa tem realizado estudos visando identificar oportunidades para aperfeiçoar ou criar estratégias e metodologias de aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum, de forma a proporcionar ao SAAE Viçosa a redução de custos de aquisição/contratação, a melhoria da qualidade dos produtos e serviços e a garantia de sustentabilidade dos ganhos obtidos.

O Mercado Livre de Energia Elétrica vem se consolidando no Brasil e mostra-se um ambiente confiável e maduro para a aquisição de energia elétrica em um meio mais competitivo. Portanto, permite uma maior liberdade de negociação, o que pode gerar uma redução do segundo maior custo da empresa.

Considerando que a energia elétrica tem impacto significativo no setor de saneamento, surge a necessidade de redução dessa despesa. Dessa forma, foram desenvolvidos estudos técnicos com o objetivo de diminuir os gastos financeiros com essa rubrica.

Atualmente o SAAE contrata o serviço de fornecimento de energia elétrica diretamente com a Concessionária do serviço público CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A), nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 1.001 de 18 de janeiro de 2022, entre outros.

Dentre os bens e serviços analisados, observou-se que a aquisição de energia para as unidades consumidoras do SAAE mostra-se oportuna, possibilitando ganhos de cerca de 25% em relação aos valores das tarifas praticadas pelas concessionárias.

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, entre outras, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica ensejaram um novo ambiente de mercado para a comercialização de energia elétrica, o Ambiente de Contratação Livre - ACL. O consumo e a



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
4/42

consequente demanda contratada das UCs do SAAE localizada em sua sede, em Viçosa – MG, indicam que as mesmas podem se enquadrar como consumidoras participantes do ACL - já que alcançam o limite mínimo para migração.

Diante da atual conjuntura climática, econômica e estrutural do mercado de energia, entende-se que a migração do atual modelo de compra de energia no ACR para o ACL mostra-se vantajoso para o perfil da UCs localizada na sede do SAAE, em Viçosa – MG. Dada a tecnicidade do tema e por se tratar de um mercado complexo que envolve riscos e peculiaridades, o SAAE contratou por meio do Processo Nº 043/2022 /SAAE-VIC - CONTRATO Nº 024/2022, consultoria para subsidiar a migração de 05 (cinco) UCs do SAAE ao ACL. Os Estudos apresentados pela Consultoria ratificam a economia esperada, de forma que para viabilizar a migração, constitui fase indispensável a contratação de Energia, cuja fonte que apresentou o melhor retorno financeiro para o SAAE foi a fonte incentivada 50%, objeto deste Edital.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1.1. DESCRIÇÃO DO LOTE

Constitui o objeto do presente processo licitatório a **aquisição de energia elétrica do tipo incentivada 50%**, proveniente do **Ambiente de Contratação Livre (ACL)**, para suprimento de unidades consumidoras do SAAE localizadas no **Submercado Sudeste/centro este**, em **lote único** no montante e condições descritas a seguir:

Lote único – [SAAE-] Energia do tipo incentivada 50%, em MW médios, com ponto de entrega no centro de gravidade do Submercado Sudeste/Centro Oeste:

Tabela 1: LOTE ÚNICO: Energia Incentivada 50% [MW médios]					
	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 05
	2024	2025	2026	2027	2028
JAN	0,00	0,60	0,60	0,60	0,60
FEV	0,00	0,66	0,66	0,66	0,66
MAR	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
ABR	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
MAI	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
JUN	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
JUL	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
AGO	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
SET	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62

TERMO DE REFERÊNCIA**Nº: 61/2023 / SAAE-VIC****DATA: 16/10/2023****Folha**
5/42

OUT	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
NOV	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
DEZ	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60

Tabela 1: LOTE ÚNICO: Energia Incentivada 50% [MWmédios]**3.1.2. LIMITES CONTRATUAIS**

- a) Sazonalidade: +/- 10%;
- b) Flexibilidade Superior: +15%;
- c) Flexibilidade Inferior: -15%;
- d) Modulação horária: Flat;

3.1.3. DEFINIÇÃO DOS LIMITES CONTRATUAIS

A definição dos Limites Contratuais foram definidos em Estudo decorrente do Processo Nº 043/2022 /SAAE-VIC - CONTRATO Nº 024/2022. A descrição dos itens “a”, “b”, “c” e “d” do item 3.1.2, estão descritas abaixo:

- i. Sazonalização: é o processo de divisão da Energia Contratada anual, expressa em MWh, em montantes mensais. Os montantes mensais de Energia Contratada (sazonalizada), expressos em MW médio, poderão variar entre os limites percentuais de sazonalização definidos nas tabelas acima, da Energia Contratada anual, também expressa em MW médio.
- ii. A sazonalização deverá ser enviada pelo CONTRATANTE até o dia 30 de novembro do ano anterior ao consumo à CONTRATADA, e, caso não seja enviada neste prazo, assume-se sazonalização uniforme (flat). Sazonalização flat significa que é constante ao longo de cada ano do calendário civil.
- iii. Flexibilidade mensal: é o processo de variação mensal da Energia Contratada sazonalizada (vinculada a medição, ou seja, conforme a variação do consumo de cada unidade consumidora).
- iv. Modulação: é o processo pelo qual os montantes mensais de energia são distribuídos em valores horários.
- v. RETUSD: valor do ressarcimento em caso de perda no desconto da TUSD. O ressarcimento devido pela CONTRATADA em razão da perda do desconto do CONTRATANTE deverá ser calculado com base no percentual do desconto definido e divulgado pela CCEE, considerando que a perda total do referido desconto corresponde a R\$ 35,00/MWh (trinta e cinco reais por megawatt-hora), para energia de fonte incentivada 50%, e R\$ 70,00/MWh (setenta reais por megawatt-hora), para energia de fonte incentivada 100%, de modo que a perda parcial do referido desconto corresponderá à proporção desse valor, a ser calculada conforme as seguintes fórmulas:

- Para fonte de energia incentivada 50%:

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
6/42

$$ReTUSD = R\$35,00/MWh \times \left(\frac{50\% - DESC\%}{50\%} \right) \times EnDesc$$

- Para fonte de energia incentivada 100%:

$$ReTUSD = R\$70,00/MWh \times \left(\frac{100\% - DESC\%}{100\%} \right) \times EnDesc$$

Onde:

- *ReTUSD*: ressarcimento devido no mês contratual em R\$;
- *DESC%*: desconto informado pela CCEE no mês contratual, em percentual;
- *EnDesc*: energia efetivamente disponibilizada no mês contratual corrente, em MWh.

4. CONDIÇÕES GERAIS

- 4.1. Contratação de Energia Elétrica para o suprimento de unidades consumidoras do SAAE, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) localizadas no Submercado Sudeste / Centro Oeste na modalidade Menor Preço Global em moeda real, no montante e condições descritas neste Termo de Referência.
- 4.2. A compra e venda de energia elétrica de que trata o presente Termo de Referência se baseia no disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. Esta operação sujeita-se, ainda à regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, à Convenção de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, às Regras de Comercialização e aos Procedimentos de Comercialização, aos Procedimentos de Rede do ONS, e demais disposições legais, regulamentares e regulatórias aplicáveis, e outros que venham a sucedê-los.
- 4.3. As partes reconhecem que o fornecimento físico da Energia Contratada não é objeto desta Contratação e estará integralmente subordinado às determinações técnicas do ONS e da ANEEL, inclusive em caso de decretação, pela Autoridade Competente, de racionamento de energia elétrica no Submercado Sudeste/Centro Oeste.

4.3.1. DO PREÇO MÉDIO

O Preço Médio (Pr_Med) é obtido pela média ponderada entre o Preço Ofertado para cada ano (PrC) e a quantidade de Energia Contratada (EC) de cada ano, de forma que o peso de cada ano na média, será ponderado pela quantidade de Energia Contratada (Eg_Ano) de suprimento deste, pelo período total de suprimento (Energia Total):

$$Pr_Medio_{lote} = \frac{(PrC_{2024} \times EC_{2024}) + (PrC_{2025} \times EC_{2025}) + (PrC_{2026} \times EC_{2026}) + (PrC_{2027} \times EC_{2027}) + (PrC_{2028} \times EC_{2028})}{Energia\ Total}$$

Onde:

- PrC_{2024} : Preço de 2024 em R\$/MWh;

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
7/42

- PrC2025: Preço de 2025 em R\$/MWh;
- PrC2026: Preço de 2026 em R\$/MWh;
- PrC2027: Preço de 2027 em R\$/MWh;
- PrC2028: Preço de 2028 em R\$/MWh;
- EC2024: Energia Contratada em 2024 em MWh;
- EC2025: Energia Contratada em 2025 em MWh;
- EC2026: Energia Contratada em 2026 em MWh;
- EC2027: Energia Contratada em 2027 em MWh;
- EC2028: Energia Contratada em 2028 em MWh;
- EnergiaTotal: Somatório da Energia Contratada em MWh.

4.3.2. DO VALOR GLOBAL

O valor Global é obtido pelo produto do preço em R\$/MWh pela quantidade de Energia Contratada correspondente ao referido período de suprimento, conforme **Planilha de Orçamento Básico**, e descrito na fórmula abaixo:

$$\text{Valor Global}_{\text{lote}} = (PrC_{2024} \times EC_{2024}) + (PrC_{2025} \times EC_{2025}) + (PrC_{2026} \times EC_{2026}) + (PrC_{2027} \times EC_{2027}) + (PrC_{2028} \times EC_{2028})$$

Onde:

- PrC2024: Preço de 2024 em R\$/MWh;
- PrC2025: Preço de 2025 em R\$/MWh;
- PrC2026: Preço de 2026 em R\$/MWh;
- PrC2027: Preço de 2027 em R\$/MWh;
- PrC2028: Preço de 2028 em R\$/MWh;
- EC2024: Energia Contratada em 2024 em MWh;
- EC2025: Energia Contratada em 2025 em MWh;
- EC2026: Energia Contratada em 2026 em MWh;
- EC2027: Energia Contratada em 2027 em MWh;
- EC2028: Energia Contratada em 2028 em MWh;

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA

5.1. Para efetivação de Lances, o valor da proposta será o **valor Global** na moeda real, que corresponderá:

- Ao produto do preço em R\$/MWh pela quantidade de Energia Contratada correspondente ao referido período de suprimento, conforme Planilha de Orçamento Básico;



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
8/42

5.2. Em caso de desistência dos lances ofertados pelo LICITANTE, este fica sujeito às penalidades da Lei 8.666/1993.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. Ato Autorizativo da ANEEL – na categoria de geração – classe dos agentes Geradores Concessionários de Serviço Público; ou classe dos agentes Comercializadores;
- 6.2. Comprovar por meio da disponibilização dos Relatórios da CCEE a Comercialização de Energia Elétrica de portfólio próprio ou de terceiros pelo período contínuo de no mínimo 36 (trinta e seis) meses, montante médio de Energia:
 - Igual ou superior a 0,35 MW médios;
 - Na Ferramenta DRI existem várias opções de relatórios que fornecem os volumes comercializados por cada agente.
- 6.3. Apresentar Certidão de Adimplemento emitido pela CCEE, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias.

7. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 7.1. Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
- 7.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou Liquidação Judicial, ou de Execução Patrimonial, conforme o caso, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão, expedida a menos de 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação dos documentos de Habilitação e das Propostas Comerciais, caso no documento não conste o prazo de validade.
- 7.3. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial referente aos processos distribuídos pelo PJE (Processos Judiciais Eletrônicos) da sede da pessoa jurídica;
- 7.4. A certidão descrita no Subitem Anterior somente é exigível quando a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou Liquidação Judicial, ou de Execução Patrimonial Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial do Estado da sede da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.
- 7.5. Será exigido comprovação de **Capital Social ou Patrimônio Líquido no percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor máximo arrematado**, devidamente registrado no Balanço Patrimonial, nos termos dos seguintes subitens:
 - a) Balanço Patrimonial na forma da lei, do último exercício social exigível, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, contendo os respectivos termo de abertura e termo de encerramento, devidamente submetido à autenticação no órgão competente do registro de comércio, comprovando índice de Liquidez Geral

TERMO DE REFERÊNCIA**Nº: 61/2023 / SAAE-VIC****DATA: 16/10/2023****Folha**
9/42

(LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1 (um) extraídos da seguinte formulas:

Índice de Liquidez Geral maior ou igual a 1,00

$$ILG \geq 1,00 \quad \text{onde:} \quad LG = \frac{AC+ARLP}{PC+PELP}$$

Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,00

$$ILC \geq 1,00 \quad \text{onde:} \quad LC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral maior ou igual a 1,00

$$ISG \geq 1,00 \quad \text{onde:} \quad ISG = \frac{AT}{PC+PELP}$$

Onde:

AC=Ativo Circulante

PC=Passivo Circulante

ARLP= Ativo Realizável ao Longo Prazo

PELP= Passivo Exigível ao Longo Prazo

AT= Ativo Total

- b) As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar as demonstrações contábeis extraídas do ECD relativo ao último exercício social exigível.
- c) As empresas que estiverem inativas no ano anterior, deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue a Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- d) As empresas recém constituídas, cujo Balanço Patrimonial ainda não seja exigível, deverão apresentar o Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador, submetido autenticação no órgão competente do registro do comércio.

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
10/
42

8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.1. **No caso de empresário individual:** inscrição na Junta Comercial, Registro Público de Empresas Mercantis ou órgão equivalente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.2. **No caso de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada:** ato constitutivo em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.3. **No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.4. **No caso de sociedades simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de diretoria em exercício, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.5. No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- 9.1. Prova de regularidade perante o **Instituto Nacional de Seguro Social – INSS**, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativa aos Tributos Federais da Dívida Ativa da União.
- 9.2. Prova de Regularidade de débitos com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, a través de Certificado de Regularidade do FGTS.**
- 9.3. Prova de inexistência de débitos com a **Fazenda Estadual do Estado do domicílio sede do licitante**, através de certidão expedida pelo órgão competente e que estejam dentro do prazo de validade.
- 9.4. Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- 9.5. Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

10. CONSÓRCIO

Para a execução desse serviço NÃO será permitida à contratação de empresa em forma de consórcio. Assim ratificamos o posicionamento contido no Acórdão do TCU, que nos ensina que nem sempre a participação de empresa em consórcio implica incremento de competitividade (associação de pequenas empresas para participação em conjunto), podendo vir a constituir, ao contrário, limitação à concorrência (diminuição do número de empresas de porte interessada por integrarem um mesmo consórcio, nos termos do voto do Ministro Relator do acórdão 280/2010 Plenário (Voto do Relator).



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
11/
42

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista na minuta do contrato.

12. PRAZO LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

12.1. PERÍODO DE FORNECIMENTO

O fornecimento acontecerá conforme cronograma abaixo:

Início do Fornecimento:	1º de março de 2024
Fim do Fornecimento:	31 de dezembro de 2028

12.2. O início do Período de Suprimento poderá ser postergado em até 06 (seis) meses, caso a Migração para o Ambiente de Contratação Livre, da(s) unidade(s) consumidora(s) não se seja viabilizada para o início de suprimento em fevereiro de 2024.

12.2.1. Para o atraso de até 06 (seis) meses, o CONTRATANTE estará desobrigado de honrar os volumes correspondentes ao atraso;

12.2.2. Para atraso superior a 06 (seis) meses, será aplicada as regras de Faturamento especificadas no Anexo I – Condições Comerciais do Objeto.

12.3. O Contrato decorrente deste Termo de Referência vigorará desde a data de sua assinatura até o efetivo cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas pelas partes, incluindo o fornecimento da Energia Contratada durante todo o período de suprimento estipulado no Item 3 e o pagamento de todas as correspondentes faturas.

12.4. A obrigação da CONTRATADA quanto à entrega das quantidades de Energia Contratada iniciar-se-á no início do período de suprimento e encerrar-se-á no final do período de suprimento conforme Descrição do Lote (item 3.1.1).

12.5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

LOTE ÚNICO: CRONOGRAMA DE FORNECIMENTO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ANO I	0,00	0,00	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60
ANO II	0,60	0,66	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60
ANO III	0,60	0,66	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60
ANO IV	0,60	0,66	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60
ANO V	0,60	0,66	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60	0,60	0,62	0,60	0,62	0,60

Tabela 1: Cronograma de Execução em MW médios



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
12/
42

12.6. LOCAL

A energia fornecida pela CONTRATADA terá ponto de **entrega no centro de gravidade do Submercado Sudeste / Centro Oeste.**

- **Sigla do Agente na CCEE: “SAAE Viçosa”**
- Rua do Pintinho, s/n, Bela Vista, Viçosa-MG. Telefone: 31 3885-2800
- Unidades Consumidoras: Anexo III

13. MEDIÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

13.1. Efetuado o registro pela CONTRATADA na plataforma CLIQCCEE da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, fica caracterizado o cumprimento da obrigação de entrega da energia elétrica objeto desta Contratação por parte da CONTRATADA, observado o item abaixo:

13.1.1. Caso o montante da Energia Contratada seja cancelado ou reduzido pela CCEE por culpa da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá ser ressarcida, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento pela CONTRATADA de notificação específica da CONTRATANTE, de todos os prejuízos comprovados recorrentes do referido ajuste, proporcionais ao montante de energia reduzido pela CCEE, incluindo, mas não se limitando à:

- a) Valores pagos no mercado de curto prazo, decorrentes dos montantes de energia não efetivados, total ou parcialmente, pela CCEE, multiplicado pelo valor do PLD médio do Submercado Sudeste/Centro Oeste;
 - b) O Total de penalidades aplicadas pela CCEE por insuficiência de lastro de energia, decorrentes da não efetivação do registro do Contrato, total ou parcial, em razão da diminuição dos montantes de energia causados por ação ou omissão da CONTRATADA;
 - c) O ressarcimento integral da eventual perda do desconto na TUSD/TUST que venham a ser perdidos e/ou reduzidos para a CONTRANTE, na exata proporção da perda sofrida por esta; e
 - d) Eventuais custos decorrentes da não efetivação, total ou parcial, da Energia Contratada, que cause incidência de encargos e/ou penalidades para a CONTRANTE no âmbito da CCEE.
- i. Para as hipóteses de aplicação da alínea “b”, a CONTRATADA poderá realizar, no mês subsequente ao mês correspondente à não efetivação, integral ou parcial da Energia Contratada, a respectiva recomposição de lastro, por meio de registro de energia equivalente em favor da CONTRANTE, a qual fica obrigada a devolver à CONTRATADA o montante

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
13/
42

financeiro da liquidação dessa energia ao PLD Médio do mês subsequente o Submercado de registro deste Contrato.

- ii. Os ressarcimentos previstos nesta Cláusula englobam toda e qualquer indenização devida à CONTRATANTE em decorrência de eventuais exposições na CCEE nos moldes previstos nos itens anteriores e,
- iii. uma vez efetuados tais ressarcimentos pela CONTRATADA, não será devida nenhuma outra penalidade, multas contratuais ou qualquer outra indenização à CONTRATANTE em decorrência de tais eventos.
- iv. A CONTRATADA deverá creditar à CONTRATANTE até MS+26du (mês seguinte ao mês de referência “m” + 26 dias úteis), o valor do ressarcimento RESSm, em R\$.
- v. A não efetivação do mencionado crédito incorrerá em inadimplemento contratual, estando a CONTRATADA sujeita à aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência.

13.2. Os pagamentos das notas fiscais serão realizados mensalmente, após a apresentação da nota fiscal e confirmação do Registro na CCEE.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Honrar com todas as obrigações descritas na Minuta de Contrato e demais partes integrantes do Termo de Referência.

14.2. A CONTRATADA obriga-se a efetuar e manter o registro desta Contratação na CCEE no prazo de cinco dias contados da data da apresentação da garantia financeira, conforme item 2.1.5 do Anexo I, e o CONTRATANTE (ou seu representante na CCEE), pelo prazo e número de meses de faturamento cobertos pela garantia, e o CONTRATANTE (ou seu representante na CCEE) obriga-se a validá-lo, de acordo com as disposições previstas nas Regras de Comercialização e nos Procedimentos de Comercialização.

14.3. Caso a garantia não seja aportada, a CONTRATADA poderá, a seu livre e exclusivo critério, registrar em favor da CONTRATANTE o montante mensal equivalente a 0,000 mwh (zero megawatt-hora), sendo esse montante validado pela CONTRATANTE, para posterior ajuste da energia contratada mediante a efetiva comprovação do cumprimento pontual e integral das obrigações financeiras de pagamento pela CONTRATANTE.

14.4. Caso a Energia CONTRATADA seja disponibilizada em Submercado diferente do Submercado da CONTRATANTE, a responsabilidade pela exposição de preços de diferentes Submercados será da CONTRATADA.

14.5. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS, custos e encargos de transmissão, de distribuição e de conexão, perdas de transmissão e de distribuição porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA até o CENTRO DE GRAVIDADE.

14.6. A CONTRATADA assegurará que não ocorrerá transferência de quaisquer informações a terceiros ou revelará, através de qualquer tipo de mídia, dados das



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
14/
42

instalações e históricos sem a autorização prévia e escrita do SAAE, mesmo após o término da relação contratual.

15. OBRIGAÇÕES DO SAAE

- 15.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas;
- 15.2. Realizar a fiscalização e o acompanhamento dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 15.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma estipulada neste Termo de Referência;
- 15.4. Dirimir dúvidas, quando necessário;
- 15.5. Notificar a empresa CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos SERVIÇOS para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 15.6. Ser Agente da CCEE na qualidade de Consumidor Livre/Especial quando do início do suprimento previsto na Descrição do Lotes (item 3);
- 15.7. Será de inteira responsabilidade do LICITADOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS quando contribuinte tributário na forma da legislação vigente, ENCARGOS SETORIAIS, custos e encargos de transmissão, de distribuição e de conexão, perdas de transmissão e de distribuição porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA a partir do CENTRO DE GRAVIDADE.

16. DAS UNIDADES DO SAAE

- 16.1. A CONTRATADA deverá faturar o consumo de cada ponto de medição modelado sobre o perfil do SAAE, respeitada as quantidades e características dispostas no item 3.1.1 (DESCRIÇÃO DO LOTE).
- 16.2. No **Anexo III** estão listadas as unidades consumidoras de cada Lote.
- 16.3. Respeitada as quantidades e características dispostas no item 3 (DESCRIÇÃO DO LOTE), poderão ser adicionadas novas unidades, bem como poderá haver substituição de unidades consumidoras elencadas.



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
15/
42

17. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, REGIME DE EXECUÇÃO, E RECURSOS FINANCEIROS

- 17.1. Os serviços a serem contratados são enquadrados como serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e de qualidade são objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado e facilmente encontradas em empresas capacitadas para a sua realização.
- 17.2. Em decorrência, o enquadramento da propositura de licitação se dá na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com fundamento no artigo 1º e seu parágrafo único e no Parágrafo 1º do artigo 2º ambos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.
- 17.3. O modo de disputa será aberto, e o julgamento pelo menor preço global. O modo de fornecimento será parcelado, conforme cronograma de fornecimento de energia.
- 17.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 17.5. O preço máximo admitido para a execução do serviço será divulgado, nos termos da Lei 8.666/93, conforme recomendação de consultoria especializada, com justificativa inclusa no expediente deste Processo.
- 17.6. Os recursos financeiros para custear as despesas com o objeto desta licitação são provenientes de receita própria do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VIÇOSA – SAAE Viçosa.
- 17.7. Não será permitida a contratação de empresa em forma de consórcio e nem a subcontratação dos serviços essenciais e principais do objeto desta licitação.

18. VALOR MÁXIMO ESTIMADO

O preço de referência é baseado em projeções realizadas pela consultoria especializada;

A justificativa quanto a publicação do orçamento, foi incluída no expediente do Processo;

O valor máximo será de R\$ /MWh conforme tabelas abaixo;

CONDIÇÕES COMERCIAIS DO OBJETO – LOTE ÚNICO				
Preço Contratual	Ano	Data-base	Indexador	Preço (R\$/MWh)
	2024	Data do Pregão (A DEFINIR)	IPCA	R\$ 176,59
	2025			R\$ 194,10
	2026			R\$ 206,34
	2027			R\$ 216,95
	2028			R\$ 222,64
Preço Médio	R\$ 203,76			



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
16/
42

A CONTRATADA reconhece que o **Preço Unitário R\$/MWh** de cada item, em conjunto com as respectivas regras de reajuste previstas neste Termo de Referência, é suficiente para o cumprimento das obrigações previstas neste documento.

19. DA PROPOSTA

Esta licitação é composta por um único lote, devendo os licitantes orçarem todos os seus itens, conforme tabela abaixo:

MODELO DE PROPOSTA COM ICMS										
Descritivo				Quantidades em MWh	Un.	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Preço Unitário R\$/MWh com ICMS	Preço Médio R\$/MWh com ICMS	Total R\$ com ICMS	Alíquota de ICMS considerada
Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento							
LOTE ÚNICO	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/03/2024	31/12/2024	4.910,89	MWh	18,68%	R\$ 176,59	R\$ 203,76	R\$ 867.191,01	18,00%
	1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2025	31/12/2025	5.355,89	MWh	20,37%	R\$ 194,10		R\$ 1.039.600,58	18,00%
	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	5.340,00	MWh	20,31%	R\$ 206,34		R\$ 1.101.872,97	18,00%
	1.4 Ano IV - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	5.340,00	MWh	20,31%	R\$ 216,95		R\$ 1.158.508,22	18,00%
	1.5 Ano V- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	5.340,00	MWh	20,31%	R\$ 222,64		R\$ 1.188.905,41	18,00%
ENERGIA TOTAL (LOTE único)				26.286,79						
VALOR GLOBAL									R\$ 5.356.078,19	

19.1. O valor Global do Lote é obtido pelo produto do preço em R\$/MWh (B) pela quantidade de Energia Contratada (A) correspondente ao referido período de suprimento, conforme Planilha de Orçamento Básico.xlsx anexa, e fórmula descrita no item 4.4.3.2

19.2. Nos preços propostos e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados através de lances, deverão estar inclusos todos os custos necessários à execução do objeto licitado, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, todos os impostos, com exceção do ICMS, e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o mesmo.

i. A Alíquota de ICMS **deve estar inclusa no preço ofertado**. A inclusão da Alíquota de ICMS no faturamento, deverá observar a legislação Estadual vigente, conforme disposto no item 1.3 do ANEXO I – CONDIÇÕES COMERCIAIS DO OBJETO.

a. Nota: A alíquota de ICMS deve estar inclusa no Preço Final, pois o Valor Global do Contrato, precisa contemplar todos os custos — incluindo os tributos, para que seja feita previsão orçamentária do cronograma físico-financeiro de todo o contrato. Desta forma eventuais



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
17/
42

alterações na legislação vigente, seja no valor da alíquota ou na alteração do contribuinte responsável pelo recolhimento do ICMS ST serão passíveis de Termo Aditivo.

b. Considerando o item 16 acima, a disputa do **Certame se dará com o ICMS Incluso no Preço.**

- 19.3. As ofertas serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração das mesmas, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 19.4. As propostas apresentadas nesta licitação terão **prazo de validade mínimo de 30 (trinta) dias** a contar da data da sessão pública do pregão.
- 19.5. A proposta de preços prevista no edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, devendo constar o **preço total do lote**, ficando desclassificada a proposta que não atender a este item.
- 19.6. O licitante deverá anexar à proposta eletrônica a **Planilha de Orçamentos** conforme modelo anexo ao edital, devidamente preenchida.
- 19.7. Esta licitação é composta por um único lote, devendo os licitantes orçarem todos os seus subitens.
- 19.8. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 19.9. Os licitantes interessados deverão observar as datas e os horários limites previstos para acolhimento e abertura da proposta, atentando, também, para a data e horário do início da disputa, no site <https://comprasgovernamentais.gov.br/>
- 19.10. É recomendável que os Licitantes apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores. Apenas na data e horário previsto para a abertura, as propostas tornam-se publicamente conhecidas.
- 19.11. Ao licitante interessado, recomenda-se que antes de iniciar a sessão já tenha todos os documentos solicitados no edital, escaneados.

20. DA SANÇÕES

- 20.1. Além do que dispõe no Edital e Contrato, a CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantindo o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definida, ficará sujeita às sanções previstas na Seção III da Lei 8.666/1993.

21. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
18/
42

- 21.1. A gestão do contrato será exercida por servidores designados pelo Diretor-Presidente do SAAE.
- 21.2. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato serão exercidos por servidores, ao qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, dando ciência de tudo à Contratada.
- 21.3. O Contratante ao constatar qualquer irregularidade no fornecimento dos serviços por parte da Contratada expedirá notificação, para que a mesma regularize a situação, sob pena de, não o fazendo, ser aplicada a multa pertinente.

22. DA GARANTIA DA CONTRATADA

- 22.1. Considerando a particularidade do Mercado Livre de Energia, o SAAE irá adotar neste contrato, a Garantia praticada pelo Mercado, que é o registro antecipado da Energia Elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia, conforme definido neste Termo de Referência:
- 22.1.1. A CONTRATADA obriga-se a efetuar e manter o registro da Energia Contratada na CCEE no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da apresentação da garantia financeira, conforme item **2.1.5 do ANEXO I**, pelo prazo e número de meses de faturamento cobertos pela garantia, e o CONTRATANTE (ou seu representante na CCEE) obriga-se a validá-lo, de acordo com as disposições previstas nas Regras de Comercialização e nos Procedimentos de Comercialização.

23. DA PROPRIEDADE E SIGILO

A empresa licitante deverá manter absoluto sigilo sobre todas as informações, estudos, desenhos, esquemas e documentos a que tiver acesso, destinados à execução dos serviços, não podendo fornecê-los a terceiros, nem divulgá-los ou reproduzi-los de qualquer forma, sem a prévia autorização do gestor do contrato.

a propriedade intelectual sobre todo e qualquer documento elaborado em decorrência desse serviço será transferida para o SAAE, sem ônus.

Viçosa, 16 de outubro de 2023.

João Lucas Lima Aquino Ganem
Diretor de Engenharia e Manutenção
SAAE Viçosa



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
19/
42

ANEXO I – CONDIÇÕES COMERCIAIS DO OBJETO

Este Anexo é parte Integrante da Minuta de Contrato.

1. DO RECEBIMENTO, CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ACEITE

1.1. MEDIÇÃO

1.1.1. O contratante ou o seu representante na CCEE será responsável pela liberação do acesso ao sistema de coleta de dados de energia – SCDE visando a contratada obter os montantes hora a hora da(s) energia medida da(s) unidade(s) consumidora(s) nos ciclos de faturamento do contrato.

1.1.2. Caso os dados de medição não estejam disponíveis ou estejam incompletos no 2º (segundo dia útil), do mês subsequente ao suprimento, as PARTES poderão decidir em comum acordo, estimar as horas faltantes, para emissão do Faturamento.

1.1.3. As Partes acordam que, às quantidades registradas no medidor do Ponto de Medição para cada Período de Comercialização, serão acrescidas do Fator de Perdas e abatidas da energia contratada no PROINFA, caso aplicável, para fins de determinação da Energia Mensal Faturável (EFm).

1.1.4. O CONTRATANTE, no que lhe competir, permitirá amplo acesso às suas instalações às representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL e ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

1.1.5. Caso solicitado pela CONTRATADA, o CONTRATANTE solicitará à Concessionária de Distribuição acesso à CONTRATADA:

- Para instalação de dispositivo que realize a leitura remota da memória de massa dos medidores de energia elétrica, caso solicitado; e
- Acesso físico aos ativos de medição, mediante solicitação.

1.2. ENERGIA MENSAL FATURÁVEL

1.2.1. O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura para cada Unidade Consumidora, em conformidade com a quantidade da Energia Mensal Faturável, em megawatts-hora (MWh), de acordo com os parâmetros a seguir.



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
20/
42

1.2.2. A Energia Mensal Faturável será a maior entre:

1.2.2.1. A Energia medida Emedida (consumida) de todos os pontos modelados no perfil do CONTRATANTE, cujo acesso esteja disponível à CONTRATADA no SCDE, acrescida do Fator de Perdas e abatida a energia contratada no PROINFA, limitada à Energia Mensal Contratada multiplicada pela flexibilidade mensal máxima, e;

1.2.2.2. A Energia Mensal Contratada multiplicada pela flexibilidade mensal mínima;

$$EF_m = \text{mínimo}\{\text{máximo}[(1 - \text{Flex}I_m) \times EC_m; (E_{\text{medida}} \times (1 + F_{\text{Perdas}}) - \text{PROINFA})]; (1 + \text{Flex}S_m) \times EC_m\}$$

Onde:

- EF_m : montante da Energia mensal faturável no mês contratual, expresso em MWh;
- EC_m : corresponde à Energia contratada mensal, expressa em MWh;
- E_{medida} : energia medida no mês contratual na unidade consumidora, expressa em MWh;
- $\text{Flex}S_m$: flexibilidade mensal superior, constante no **Anexo II**, expressa em %;
- $\text{Flex}I_m$: flexibilidade mensal inferior, constante no **Anexo II**, expressa em %;
- F_{Perdas} : Fator de Perdas equivalente a 3,0% (três por cento);
- PROINFA: cota do PROINFA para o mês “m” do Período de Fornecimento, das unidades consumidoras livres atendidas pelo contrato.

1.2.3. Após a apuração descrita no item 1.2.2.1 a CONTRATADA deverá efetuar o faturamento para cada ponto de medição. Em caso de sobras contratuais, o CONTRATANTE ou sua Representante CCEE irá indicar em quais unidades devem ser faturadas as sobras contratuais, ou autorizar a revenda destes excedentes, mediante proposta da CONTRATADA aprovada pelo CONTRATANTE.

1.2.4. Caso ocorra atraso na migração de alguma unidade consumidora, havendo interesse do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar proposta para compra do montante que tenha ficado abaixo da flexibilidade mensal inferior;

1.2.5. Respeitada as quantidades e características de Sazonalização, Flexibilidade e Modulação, dispostas no Termo de Referência poderão ser adicionadas novas unidades, bem como poderá haver substituição de unidades consumidoras elencadas no Anexo III.

1.3. FATURAMENTO

1.3.1. O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura para cada Unidade Consumidora, em conformidade com a quantidade da Energia Mensal Faturável, em megawatts-hora (MWh).



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
21/
42

1.3.2. Caso a Energia Mensal Faturável esteja entre a Energia Mensal Contratada multiplicada pela flexibilidade mínima e máxima estabelecidas no Termo de Referência, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$Faturamento_m = EF_m \times PrC_m$$

Onde:

- $Faturamento_m$: faturamento referente ao mês contratual;
- EF_m : montante da Energia Mensal Faturável no mês contratual, expresso em MWh;
- PrC_m : Preço Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Suprimento e reajustado, vigente no mês contratual;
- m : mês de suprimento.

1.3.3. Caso a Energia Mensal Faturável seja menor do que a Energia Mensal Contratada multiplicada pelo limite inferior da Flexibilidade Mensal estabelecida No Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar proposta para recompra.

1.3.4. O CONTRATANTE poderá optar pela oferta de compra ofertada pela CONTRATADA. O aceite deverá ser confirmado por meio de aceite pelo CONTRATANTE, neste caso o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$Faturamento_m = E_{m \text{ ajustada}} \times PrAjust_{revenda \ m}$$

Onde:

- $Faturamento_m$: Faturamento referente ao mês contratual;
- $E_{m \text{ ajustada}}$ - Energia Mensal Ajustada: Energia Medida acrescida de 3% de perdas abatida da Cota PROINFA;

$$E_{m \text{ ajustada}} = E_{medida} \times (1 + F_{Perdas}) - PROINFA$$

Onde:

- m : mês de suprimento;
- $PrAjust_{revenda \ m}$: Preço Contratual considerando revenda válido para o mês de Suprimento, calculado pela seguinte fórmula:

$$PrAjust_{revenda \ m} = \frac{(EC_m \times (1 - FlexI_m) \times PrC_m) - \{[(EC_m \times (1 - FlexI_m)) - E_{m \text{ ajustada}}] \times PrRevenda_m\}}{E_{m \text{ ajustada}}}$$

Sendo:

- $E_{m \text{ ajustada}}$ - Energia Mensal Ajustada: Energia Medida acrescida de 3% de perdas abatida da Cota PROINFA:

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
22/
42

$$E_{m \text{ ajustada}} = E_{medida} \times (1 + F_{Perdas}) - PROINFA)$$

- EC_m : corresponde à ENERGIA CONTRATADA MENSAL, expressa em MWh;
- PrC_m : Preço Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Suprimento e reajustado, vigente no mês contratual;
- m : mês de suprimento;
- $FlexI_m$: Limite Inferior da flexibilidade mensal para o mês “m”, constante no **Anexo II** deste Termo de Referência;
- $PrRevenda_m$: Preço considerado para Revenda Curto Prazo, sendo:

$$PrRevenda_m = PLD + Spread \text{ ofertado}$$

1.3.5. Caso o CONTRATANTE não dê o aceite previsto no item 1.3.4, o faturamento será realizado conforme disposto no item 1.3.2.

1.3.6. Caso a Energia Mensal Faturável seja maior do que a Energia Mensal Contratada multiplicada pelo limite superior da flexibilidade mensal estabelecida no **Anexo II**, o CONTRATANTE poderá optar pela oferta de compra ofertada pela CONTRATADA. O de acordo deverá ser confirmado por meio de aceite pelo CONTRATANTE, neste caso o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$Faturamento_m = \text{máximo} (E_{m \text{ ajustada}}; 1,0) \times PrAjust_{compra \ m}$$

Onde:

- $Faturamento_m$: Faturamento referente ao mês contratual;
- $E_{m \text{ ajustada}}$ - Energia Mensal Ajustada: Energia Medida acrescida de 3% de perdas abatida da Cota PROINFA;
- m : mês de suprimento;
- $PrAjust_{compra \ m}$: Preço Contratual considerando revenda válido para o mês de Fornecimento, calculado pela seguinte fórmula:

$$PrAjust_{compra \ m} = \frac{(EC_m \times (1 + FlexS_m) \times PrC_m) + \{[E_{m \text{ ajustada}} - (EC_m \times (1 + FlexS_m))]\} \times PrCompra_m}{E_{m \text{ ajustada}}}$$

Sendo:

- $E_{m \text{ ajustada}}$ - Energia Mensal Ajustada: Energia Medida acrescida de 3% de perdas abatida da Cota PROINFA;

$$E_{m \text{ ajustada}} = E_{medida} \times (1 + F_{Perdas}) - PROINFA)$$



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
23/
42

- PrC_m : Preço Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Suprimento e reajustado, vigente no mês contratual;
- m: mês de suprimento;
- $FlexS_m$: Limite Superior da flexibilidade mensal para o mês “m”, constante neste constante no **Anexo II** deste Termo de Referência;
- $PrCompra_m$ - Preço considerado para Compra no Curto, sendo:

$$PrCompra_m = PLD + Spread ofertado$$

1.3.7. Caso o CONTRATANTE não dê o aceite previsto no item 1.3.6, o faturamento será realizado conforme disposto no item 1.3.2.

1.3.8. O valor faturado deverá observar a legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), incluindo sua incidência quando a legislação específica assim previr.

1.4. PAGAMENTO

1.4.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente brasileira (Real) através de depósito bancário, em conta corrente da CONTRATADA, a ser previamente informada, até o 7º dia útil do mês subsequente à CONTRATADA, para cada unidade constante no **Anexo III**, cujo valor será definido conforme item FATURAMENTO.

1.4.2. As notas fiscais decorrentes desta contratação deverão ser apresentadas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de vencimento, de modo que a CONTRATADA encaminhará mensalmente ao CONTRATANTE, por meio do endereço eletrônico definido na fase de elaboração do contrato, um e-mail de notificação de emissão da NF-e, de forma que esta receba a notificação no prazo limite de até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data do vencimento da NF-e emitida.

1.4.2.1. Caso a data limite de vencimento não ocorra em dia útil na cidade de Viçosa-MG, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem incorrer nos acréscimos por atraso previstos no Termo de Referência.

1.4.3. As Notas Fiscais deverão estar acompanhadas dos comprovantes de Regularidade Fiscal da CONTRATADA perante as Fazendas Públicas e as Procuradorias da Dívida Ativa (Federal, Estadual e Municipal) do seu domicílio ou sede, além do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, tudo na forma da legislação de regência;

1.4.4. Em caso de atraso no recebimento de qualquer e-mail de notificação de emissão de NF-e por motivo não imputável ao CONTRATANTE, a data de vencimento da NF-e cujo e-mail atrasou será automaticamente postergada por período igual ao do atraso verificado, sem incorrer a em quaisquer acréscimos por atraso previstos no Termo de Referência.



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
24/
42

1.4.5. Os e-mails de notificação de emissão de NF-e descritos no item 1.4.2 desta Cláusula devem ser enviados para os endereços eletrônicos definidos em fase de elaboração do contrato entre as partes.

1.4.6. Caso haja alteração nos dados constantes no item 1.4.4, o CONTRATANTE fica obrigado a informar à CONTRATADA os novos dados, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência do envio da próxima NF-e.

1.4.7. As divergências eventualmente apontadas no faturamento da Energia Mensal Faturável, em valores não superiores a 20% (vinte por cento) da Energia Mensal Contratada, não afetarão o prazo para pagamento da NF-e, devendo a diferença, se houver, ser compensada em NF-e complementar, podendo, de comum acordo entre as Partes, ser compensada no próprio mês.

1.4.8. Caso, em relação a qualquer NF-e existam valores em relação aos quais o CONTRATANTE tenha questionado a respectiva certeza e liquidez em quantidades superiores a 20% (vinte por cento) da Energia Mensal Contratada, o CONTRATANTE, independentemente do questionamento apresentado à CONTRATADA, por escrito, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela incontroversa da NF-e. O não pagamento caracterizará o inadimplemento do CONTRATANTE.

1.4.9. Sobre qualquer soma contestada, representando créditos para o CONTRATANTE, que venha posteriormente a ser acordada ou definida como sendo devida pela CONTRATADA, aplicar-se-á o disposto no item 1.5 excetuando-se a multa. Os juros e a atualização monetária incidirão desde a data do vencimento da parcela contestada até a data de sua liquidação, excluído o dia da liquidação.

1.4.10. Havendo persistência de divergências em relação aos valores faturados, depois de transcorrido o prazo estabelecido no item 9, as Partes concordam em proceder de acordo com o disposto nos demais parágrafos do item 9 – Solução de Controvérsias.

1.4.11. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

1.5. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores não pagos na data do vencimento, serão acrescidos desde então, até a data do efetivo pagamento, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, “*pro rata tempore die*”, salvo se o atraso tenha ocorrido por culpa da CONTRATADA, e sobre os valores corrigidos incidirão os seguintes acréscimos moratórios:

multa de 2 % (dois por cento);

juros de mora equivalentes a 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata die*, pelo período compreendido entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, *exclusive*.

Se o IPCA for extinto, deixar de ser publicado ou sua utilização for proibida pela Autoridade Competente, sem que haja designação de um índice para substituí-lo, as Partes acordarão, no prazo estabelecido item 9, a contar da data do evento, outro índice ou parâmetro que reflita adequadamente a inflação nos preços de mercado da mesma forma que o IPCA, ou da forma mais próxima possível a tal índice. Transcorrido este prazo, caso as Partes não cheguem a um acordo, qualquer Parte poderá instaurar arbitragem conforme previsto nos demais parágrafos



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
25/
42

do item 9 – Solução de Controvérsias, ficando desde já acordado que, até que seja proferida a sentença arbitral, para cálculo da correção monetária será utilizada a última variação disponível do IPCA, calculada pro rata die.

Para os efeitos da aplicação da atualização referida neste item, será considerada nula qualquer variação negativa do índice IPCA.

2. DA GARANTIA APRESENTADA PELO CONTRATANTE

2.1. Mediante a Análise de Crédito, e comprovação da não ocorrência de inadimplências nos 12 (doze) meses anteriores ao mês de análise, a CONTRATADA poderá **(i)** isentar a CONTRATANTE da obrigação de apresentar garantias financeiras para cada ano do PERÍODO DE SUPRIMENTO ou **(ii)** solicitar a apresentação de uma garantia anual, em valor correspondente a até 3 (três) vezes o faturamento médio mensal para o período de validade da garantia, o qual será obtido multiplicando-se pelo número de meses, limitado a 3 (três) o produto da Energia Contratada média para o ano que está sendo garantido pelo Preço de Venda estimado para o mesmo período, acrescido do ICMS apenas quando este for destacado nas NF-e emitidas pela CONTRATANTE.

2.1.1. Para fins da análise de crédito anual para eventual isenção da obrigação de apresentar garantia financeira, a CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA, até 30 de outubro de cada ano anterior ao ano a ser garantido, cópia do seu Balanço Patrimonial e das suas Demonstrações de Resultados do Exercício anterior, independente e cópia dos demonstrativos financeiros dos 2 (dois) primeiros trimestres do ano em curso, revisados por auditoria. A CONTRATADA deverá analisar estes documentos e informar seu parecer por escrito à CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento.

2.1.2. Caso a CONTRATANTE não seja isentada pela CONTRATADA da obrigação de apresentar garantia financeira, esta, a seu critério optar por uma das seguintes formas: a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) ou Fundos de Investimento de Baixo Risco, b) carta de Fiança Bancária e c) Apólice de Seguro Garantia.

2.1.3. A Fiança Bancária, Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de Baixo Risco, serão sempre emitidos por instituição financeira autorizada pelo banco Central a funcionar no país, que tenha Patrimônio Líquido Mínimo de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

2.1.4. No caso específico de garantia por CDB e/ou Fundo de Investimento de Baixo Risco, devem ser observadas as seguintes condições:

2.1.4.1. Celebração de um Contrato de Depósito em Conta Vinculada, entre a instituição financeira, a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

2.1.4.2. Abertura de uma Conta Vinculada, em nome da CONTRANTE, como uma conta de depósito não operacional e indisponível, não podendo ser autorizada a emissão de cheques ou a utilização de seus recursos para qualquer pagamento ou transferência a terceiros, não sendo permitida a constituição de qualquer espécie de gravame sobre a Conta Vinculada, salvo nos termos e



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
26/
42

condições do Contrato de Depósito em Conta Vinculada, firmado entre as Partes e a instituição financeira;

- 2.1.4.3. Os rendimentos oriundos dos investimentos efetuados na Conta Vinculada são de propriedade da CONTRATANTE e poderão ser resgatados pela CONTRATANTE a qualquer momento, desde que o saldo da Conta Vinculada seja sempre igual ou superior ao valor definido acima;
- 2.1.4.4. O resgate da Conta Vinculada por inadimplência da CONTRATANTE ocorrerá mediante solicitação unilateral da CONTRATADA à instituição financeira e o seu valor será sempre igual ao da NF-e não paga acrescida dos encargos por atraso de pagamento previstos no Termo de Referência;
- 2.1.4.5. Quaisquer outros resgates da Conta Vinculada somente poderão ser efetuados por meio de carta de solicitação enviada à instituição financeira, assinada em conjunto pelos representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA devidamente autorizados para tal ato;
- 2.1.4.6. Todos encargos tributários da Conta Vinculada, regulados de acordo com a legislação brasileira, assim como tarifas e custos necessários para as movimentações da referida conta serão debitados dos valores depositados na Conta Vinculada, sendo responsabilidade da CONTRATANTE recompor o valor depositado sempre que tais débitos ocorrerem, de modo a mantê-lo sempre igual ou superior ao valor definido no **item 2.1** deste ANEXO.

2.1.5. A garantia deverá ser **apresentada em até 15 (quinze) dias antes da data de início do Período De Fornecimento**, podendo ser substituída durante a vigência do contrato. No primeiro ano de contrato, a apresentação da Garantia poderá ser postergada por até 30 (trinta) dias, sendo que neste período o registro da energia ocorrerá na Modalidade Registro Contra Pagamento, sendo que o pagamento deve ser feito impreterivelmente até o vencimento.

2.1.6. Sempre que a garantia for por Carta de Fiança Bancária, CDB ou apólice de seguro garantia e tiver sido executada é responsabilidade da recompor o seu valor em até 30 (trinta) dias úteis a contar da data da execução, mediante aditamento da garantia em vigor ou emissão de nova garantia, de modo que o valor volte a corresponder ao valor definido no “caput” no item 2.1.

2.1.7. O não cumprimento por parte do CONTRATANTE de quaisquer de suas obrigações previstas nesta cláusula implica o envio por parte da CONTRATADA de notificação de inadimplemento, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias úteis para a sanar a inadimplência. Transcorrido este prazo sem que a tenha sanado o inadimplemento, poderá a CONTRATADA rescindir o Contrato.

2.1.8. A CONTRATADA obriga-se a efetuar e manter o registro da Energia Contratada na CCEE no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da apresentação da garantia financeira, conforme item 2.1.5, pelo prazo e número de meses de faturamento cobertos pela garantia, e o CONTRATANTE (ou seu representante na CCEE) obriga-se a validá-lo, de acordo com as disposições previstas nas Regras de Comercialização e nos Procedimentos de Comercialização.



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
27/
42

2.1.9. O não cumprimento por parte da CONTRATADA do item 2.1.8 implica o envio por parte da CONTRATADA de notificação de inadimplemento, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para a sanar a inadimplência.

3. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 3.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta vencedora.
- 3.2. O preço contratual, válido para cada ano do Período de Suprimento, poderá ser reajustado, em periodicidade anual pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, de acordo com a Lei nº 12.525/2003, ou outro índice que venha a substituí-lo, tendo como data base, a data da apresentação de proposta.
- 3.3. Considerando a necessidade do interregno mínimo de um ano para a aplicação de reajustes, o reajuste poderá ser aplicado anualmente, a cada 12 meses.
- 3.4. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 65, inciso d, da Lei nº 8.666/1993.

4. DA VIGÊNCIA

- 4.1. Este contrato terá vigência de 59 (sessenta) meses, a contar do início da Ordem de Serviço.

4.1.1. O período de suprimento seguirá o seguinte cronograma:

Período de Suprimento: 01/02/2024 a 31/12/2028

- 4.2. O licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato, contados a partir da convocação pela CONTRATANTE;
- 4.3. Conforme estipulado no Termo de Referência do respectivo edital de licitação, o início do Período de Suprimento poderá ser postergado em até 02 (dois) meses, caso a Migração para o Ambiente de Contratação Livre, da(s) unidade(s) consumidora(s) não seja viabilizada para o início de suprimento.

5. DO CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- 5.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes, aos termos do presente Instrumento, os



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
28/
42

fatos cujos efeitos não sejam possíveis evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados.

- 5.2. A Parte afetada pela ocorrência de um Caso Fortuito ou de Força Maior deverá comunicar o fato à outra Parte num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data do evento, mediante notificação por escrito contendo descrição pormenorizada do Caso Fortuito ou de Força Maior, com informações que indiquem a sua natureza, em que medida ele compromete o cumprimento das obrigações da Parte afetada nos termos de Contrato e a estimativa do período em que o Caso Fortuito ou de Força Maior a impedirá de cumprir com suas obrigações suspensas pelo referido evento.
- 5.3. A suspensão das obrigações em decorrência de Caso Fortuito ou de Força Maior não terá o efeito de eximir a Parte afetada da obrigação de efetuar o pagamento de montantes devidos relativamente ao período anterior à ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior e/ou em relação à obrigação não afetada pelo Caso Fortuito ou de Força Maior.

6. DO RACIONAMENTO E DA RACIONALIZAÇÃO

- 6.1. As responsabilidades contratuais na eventual vigência de Racionamento ou Racionalização, bem como de quaisquer outros incentivos ou determinações do Poder Público, que visem a redução do consumo de energia elétrica de caráter emergencial, serão regidas pela Legislação vigente e/ou pelas Regras de Comercialização que venham a ser definidas pela Autoridade Competente.
- 6.2. Por se tratar de serviço essencial, a redução que vier a ser adotada pela Legislação aplicável ao setor elétrico, relativa ao Submercado da Unidade Consumidora ou do Ponto de Entrega, durante o período em que perdurar o Racionamento ou Racionalização, só deverá ser aplicada se houver determinação legal para tanto. Caso a redução seja determinada, mas havendo omissão da Autoridade Competente em definir as regras a serem aplicadas a presente relação contratual, bem como inexistindo disposição nas Regras de Comercialização a regular o tema, a presente relação contratual sofrerá a redução que vier a ser adotada pela Legislação aplicável ao setor elétrico, relativa ao Submercado da Unidade Consumidora ou do Ponto de Entrega, durante o período em que perdurar o Racionamento ou Racionalização.

7. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

- 7.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, mediante notificação escrita da PARTE interessada, com a aplicação das penalidades rescisórias definidas no item 8 “Responsabilidade e Indenização” deste Anexo, a partir do conhecimento da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:
- 7.1.1. Caso seja pedida ou decretada a falência, a dissolução, a liquidação ou a recuperação judicial ou extrajudicial da outra PARTE, independentemente de aviso ou notificação;



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
29/
42

7.1.2. Caso a PARTE dê causa e venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no Termo de Referência;

7.1.3. Caso o CONTRATANTE deixe de recompor o valor da garantia financeira no prazo 30 (trinta) dias contados da notificação da CONTRATADA à instituição bancária e/ou ao CONTRATANTE;

7.1.4. Caso o CONTRATANTE seja a PARTE inadimplente, após a CONTRATADA não ter conseguido executar a garantia de que trata o item 2 “Da Garantia apresentada pelo Contratante” deste Anexo;

7.1.5. Caso a CONTRATADA não cumpra a garantia da continuidade do suprimento, nos termos do CONTRATO e da legislação vigente;

7.1.6. Caso a outra PARTE deixe de cumprir qualquer de suas demais obrigações nos termos do CONTRATO e não sane o inadimplemento em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de aviso por escrito nesse sentido da PARTE adimplente.

7.2. A ocorrência da rescisão deverá ser formal e expressamente comunicada por escrito à CCEE e às entidades regulatórias competentes, sem prejuízo das obrigações estabelecidas anteriormente à rescisão e comunicação acima referidas, e sem qualquer ônus ou responsabilidade advindas deste ato.

8. RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

8.1. Na ocorrência de rescisão do CONTRATO, de acordo com o estabelecido no item 7 “Das hipóteses de rescisão” deste Anexo, incorrerá a PARTE que der causa em multa rescisória correspondente a **30% (trinta por cento) do saldo remanescente do CONTRATO** (“Saldo Remanescente”), além da obrigação de ressarcimento de perdas e danos.

8.2. O Saldo Remanescente será obtido pela multiplicação do volume de ENERGIA CONTRATADA, em megawatt-hora, para o prazo remanescente do PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme os montantes estabelecidos no **Anexo II** “Tabela com resumo das condições comerciais” do respectivo edital de licitação, pelo PREÇO CONTRATUAL.

8.3. As perdas e danos serão calculadas de acordo com uma das seguintes fórmulas, conforme a rescisão seja causada pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA:

8.3.1. Se a rescisão do CONTRATO ocorrer por motivo imputável ao CONTRATANTE, as perdas e danos por ele devidos serão dadas por:

$$\text{Perdas e Danos} = \text{Volume remanescente} \times \text{máximo}[\text{PC} - \text{PR}; 0]$$

8.3.2. Se a rescisão do CONTRATO ocorrer por motivo imputável à CONTRATADA, além de indenizar o CONTRATANTE por eventuais prejuízos sofridos pela exposição na CCEE, as perdas e danos por ela devidos serão dadas por:

$$\text{Perdas e Danos} = \text{Volume remanescente} \times \text{máximo}[\text{PR} - \text{PC}; 0]$$

8.3.3. Para ambas as fórmulas dos acima, considera-se:

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
30/
42

- 8.3.3.1. “Volume remanescente” = volume de ENERGIA CONTRATADA, em megawatt-hora, para o prazo remanescente do PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme os montantes estabelecidos no **Anexo II** “Tabela com resumo das condições comerciais” do respectivo edital de licitação;
- 8.3.3.2. PC = PREÇO CONTRATUAL, em R\$/MWh conforme **Anexo II** “Tabela com resumo das condições comerciais” do respectivo edital de licitação;
- 8.3.3.3. PR = preço de reposição, correspondente ao preço da ENERGIA, em R\$/MWh, a ser estabelecido em um novo contrato de compra e venda de energia que eventualmente venha a ser celebrado pela PARTE adimplente para reposição do CONTRATO, em quantidades e demais condições similares às deste; caso a PARTE adimplente não logre êxito na celebração de novo contrato em até 05 (cinco) dias contados da data de rescisão, o preço de reposição será determinado pela média de, no mínimo, 03 (três) ofertas recebidas pela PARTE adimplente de TERCEIROS de boa-fé, não pertencentes ao mesmo grupo econômico da PARTE adimplente, a preços compatíveis com os praticados à época pelo mercado e que garantam o suprimento de ENERGIA em quantidades e condições similares a este CONTRATO previstas para o prazo remanescente.

8.4. Na hipótese de rescisão do CONTRATO antes do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO será considerado como prazo remanescente a totalidade do PERÍODO DE SUPRIMENTO.

9. DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

9.1. Uma controvérsia se inicia com a Notificação de Controvérsia de uma Parte à outra.

9.1.1. Caso haja qualquer disputa ou questões divergentes relativas a presente relação contratual, as Partes, desde já, se comprometem a envidar esforços para resolver a questão de maneira amigável, mantendo, para tanto, negociações para atingirem uma solução justa e satisfatória para ambas, em um prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do encaminhamento pela Parte interessada à outra Parte.

9.1.2. O envio de uma Notificação de Controvérsia por uma das Partes não a dispensa do cumprimento da qualquer obrigação contratual assumida, procedendo-se, ao final do processo de negociação ou de solução de conflitos adotado, os acertos que se fizerem necessários.

9.1.3. Não sendo possível a solução da controvérsia nos termos da cláusula anterior, para valores de causa superiores a R\$ 2 milhões, as Partes concordam desde já em submeter a controvérsia à solução por meio de processo de arbitragem, aplicando-se à decisão o disposto, na forma da Lei 9.307/96. Para valores de causa inferiores a R\$ 2 milhões, o foro para dirimir as controvérsias será o foro central da cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

9.1.4. A arbitragem será administrada pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem (“Câmara FGV”) e processada de acordo com o regulamento da Câmara FGV. A arbitragem será conduzida por: (i) 01 (um) árbitro, quando o litígio for de R\$ 2 a 5



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
31/
42

milhões; e (ii) 03 (três) árbitros, quando o litígio for acima de R\$ 5 milhões, indicados nos termos do Regulamento da Câmara FGV. A Legislação aplicável será a da República Federativa do Brasil e os árbitros não poderão recorrer à equidade para decidir o litígio.

9.1.5. A sede da arbitragem será a cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais, onde será proferida a sentença arbitral, e o idioma do procedimento será o português.

9.1.6. Havendo necessidade, no curso da arbitragem, de medidas urgentes, coercitivas, cautelares ou, ainda, de antecipação de tutela, as Partes elegem o foro da Comarca de Viçosa, Estado de Minas Gerais, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.1.7. As Partes concordam, desde já, que todas as despesas por elas incorridas com a arbitragem, compreendendo as custas administrativas e honorários dos árbitros e peritos serão suportadas pela Parte sucumbente, não sendo cabível condenação em honorários advocatícios. Caso a sucumbência de uma parte seja parcial, ambas arcarão com as despesas incorridas com a arbitragem na proporção de sua sucumbência, conforme a ser decidido pelos árbitros na sentença arbitral.

9.1.8. Além do sigilo previsto no Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV, as Partes concordam que a arbitragem deverá ser mantida em confidencialidade, e seus elementos (incluindo-se, sem limitação, as alegações das partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral) somente serão revelados aos árbitros, às Partes, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por Lei ou por qualquer autoridade reguladora.

**TERMO DE REFERÊNCIA****Nº: 61/2023 / SAAE-VIC****DATA: 16/10/2023****Folha**
32/
42**ANEXO II – RESUMO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS**

CONDIÇÕES COMERCIAIS DO OBJETO				
				LOTE ÚNICO
Preço Contratual	Ano	Data-base	Indexador	Preço (R\$/MWh)
	2024	Data do Pregão (A DEFINIR)	IPCA	
	2025			
	2026			
	2027			
	2028			
Preço Médio				
ENERGIA CONTRATADA				
			LOTE ÚNICO	
Período	Início	Término	Quantidade MW médios	Quantidade MWh
mar/24	01/03/2024	31/03/2024	0,60	445,000
abr/24	01/04/2024	30/04/2024	0,62	445,000
mai/24	01/05/2024	31/05/2024	0,60	445,000
jun/24	01/06/2024	30/06/2024	0,62	445,000
jul/24	01/07/2024	31/07/2024	0,60	445,000
ago/24	01/08/2024	31/08/2024	0,60	445,000
set/24	01/09/2024	30/09/2024	0,62	445,000
out/24	01/10/2024	31/10/2024	0,60	445,000
nov/24	01/11/2024	30/11/2024	0,62	445,000
dez/24	01/12/2024	31/12/2024	0,60	445,000
jan/25	01/01/2025	31/01/2025	0,60	445,000
fev/25	01/02/2025	28/02/2025	0,66	460,893
mar/25	01/03/2025	31/03/2025	0,60	445,000
abr/25	01/04/2025	30/04/2025	0,62	445,000
mai/25	01/05/2025	31/05/2025	0,60	445,000
jun/25	01/06/2025	30/06/2025	0,62	445,000
jul/25	01/07/2025	31/07/2025	0,60	445,000
ago/25	01/08/2025	31/08/2025	0,60	445,000
set/25	01/09/2025	30/09/2025	0,62	445,000
out/25	01/10/2025	31/10/2025	0,60	445,000
nov/25	01/11/2025	30/11/2025	0,62	445,000

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
33/
42

dez/25	01/12/2025	131/12/2025	0,60	445,000
jan/26	01/01/2026	31/01/2026	0,60	445,000
fev/26	01/02/2026	28/02/2026	0,66	445,000
mar/26	01/03/2026	31/03/2026	0,60	445,000
abr/26	01/04/2026	30/04/2026	0,62	445,000
mai/26	01/05/2026	31/05/2026	0,60	445,000
jun/26	01/06/2026	30/06/2026	0,62	445,000
jul/26	01/07/2026	31/07/2026	0,60	445,000
ago/26	01/08/2026	31/08/2026	0,60	445,000
set/26	01/09/2026	30/09/2026	0,62	445,000
out/26	01/10/2026	31/10/2026	0,60	445,000
nov/26	01/11/2026	30/11/2026	0,62	445,000
dez/26	01/12/2026	31/12/2026	0,60	445,000
jan/27	01/01/2027	31/01/2027	0,60	445,000
fev/27	01/02/2027	28/02/2027	0,66	445,000
mar/27	01/03/2027	31/03/2027	0,60	445,000
abr/27	01/04/2027	30/04/2027	0,62	445,000
mai/27	01/05/2027	31/05/2027	0,60	445,000
jun/27	01/06/2027	30/06/2027	0,62	445,000
jul/27	01/07/2027	31/07/2027	0,60	445,000
ago/27	01/08/2027	31/08/2027	0,60	445,000
set/27	01/09/2027	30/09/2027	0,62	445,000
out/27	01/10/2027	31/10/2027	0,60	445,000
nov/27	01/11/2027	30/11/2027	0,62	445,000
dez/27	01/12/2027	31/12/2027	0,60	445,000
jan/28	01/01/2028	31/01/2028	0,60	445,000
fev/28	01/02/2028	28/02/2028	0,66	460,893
mar/28	01/03/2028	31/03/2028	0,60	445,000
abr/28	01/04/2028	30/04/2028	0,62	445,000
mai/28	01/05/2028	31/05/2028	0,60	445,000
jun/28	01/06/2028	30/06/2028	0,62	445,000
jul/28	01/07/2028	31/07/2028	0,60	445,000
ago/28	01/08/2028	31/08/2028	0,60	445,000
set/28	01/09/2028	30/09/2028	0,62	445,000
out/28	01/10/2028	31/10/2028	0,60	445,000
nov/28	01/11/2028	30/11/2028	0,62	445,000
dez/28	01/12/2028	31/12/2028	0,60	445,000

PARÂMETROS DE FATURAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
34/
42

Flexibilidade		
LOTE ÚNICO		
Ano	Limite mínimo	Limite máximo
2024	-15%	+15%
2025	-15%	+15%
2026	-15%	+15%
2027	-15%	+15%
2028	-15%	+15%
Sazonalidade		
LOTE ÚNICO		
Ano	Limite mínimo	Limite máximo
2024	-10%	10%
2025	-10%	10%
2026	-10%	10%
2027	-10%	10%
2028	-10%	10%
Modulação		
LOTE ÚNICO		
Ano	Limite mínimo	Limite máximo
2024	FLAT	FLAT
2025	FLAT	FLAT
2026	FLAT	FLAT
2027	FLAT	FLAT
2028	FLAT	FLAT

1. Fator de Perda: 03%;
2. Aplicável Cota do Proinfra;
3. Garantia: Até 03 meses conforme item 2 do ANEXO II;
4. Emissão de Nota Fiscal: até o 2º dia útil do mês subsequente;
5. Pagamento: até o 7º dia útil do mês subsequente. Caso a emissão atrase por responsabilidade da CONTRATADA, o prazo de pagamento será postergado pelo mesmo prazo, sem aplicação de multas.



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
35/
42

ANEXO III – DAS UNIDADES CONSUMIDORAS

UNIDADE	FONTE	MIGRAÇÃO
3009015230	I50	FEV/24
3009015229	I50	FEV/24
3009015228	I50	FEV/24
3009008449	I50	FEV/24
Nova UC	I50	FEV/24

Respeitada as quantidades e características de Sazonalização, Flexibilidade e Modulação, dispostas no Termo de Referência poderão ser adicionadas novas unidades, bem como poderá haver substituição de unidades consumidoras elencadas acima.



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha

36/
42

ANEXO IV – BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS

Os Balanços e as demonstrações financeiras da CONTRATANTE podem ser consultados em:
<https://www.saaevicosa.mg.gov.br/transparencia/portal-da-transparencia>



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
37/
42

ANEXO V – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO SEM ICMS									
Descriutivo				Quantidades em MWh	Un.	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Preço Unitário R\$/MWh sem ICMS	Preço Médio R\$/MWh sem ICMS	Total R\$ sem ICMS
Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento						
LOTE ÚNICO	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/03/2024	31/12/2024		MWh				
	1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2025	31/12/2025		MWh				
	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026		MWh				
	1.4 Ano IV- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027		MWh				
	1.5 Ano V- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028		MWh				
ENERGIA TOTAL (LOTE único)									
VALOR GLOBAL									

PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO COM ICMS										
Descritivo				Quantidades em MWh	Un.	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Preço Unitário R\$/MWh com ICMS	Preço Médio R\$/MWh com ICMS	Total R\$ com ICMS	Alíquota de ICMS considerada
Produto			Início do Suprimento							
LOTE ÚNICO	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%		01/03/2024	31/12/2024	MWh					18,00%
	1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%		01/01/2025	31/12/2025	MWh					18,00%
	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%		01/01/2026	31/12/2026	MWh					18,00%
	1.4 Ano IV- Energia Incentivada 50%		01/01/2027	31/12/2027	MWh					18,00%
	1.5 Ano V- Energia Incentivada 50%		01/01/2028	31/12/2028	MWh					18,00%
ENERGIA TOTAL (LOTE único)										
VALOR GLOBAL										



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
38/
42

ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COM ICMS									
(A)					(B)				
Descriativo				Quantidades em MWh	Un.	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Preço Unitário R\$/MWh com ICMS¹	Preço Médio R\$/MWh com ICMS¹	Total R\$ com ICMS
Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento						
LOTE ÚNICO	1.1	Ano I - Energia Incentivada 50%	01/03/2024	31/12/2024	MWh				
	1.2	Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2025	31/12/2025	MWh				
	1.3	Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	MWh				
	1.4	Ano IV- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	MWh				
	1.5	Ano V- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	MWh				
ENERGIA TOTAL (LOTE único)									
VALOR GLOBAL									R\$ 0,00

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

O valor unitário a ser ofertado refere-se ao Preço Médio (Pr_Med), obtido pela média ponderada entre o Preço Ofertado para cada ano (PrC) e a quantidade de Energia Contratada (EC) de cada ano, de forma que o peso de cada ano na média, será ponderado pela quantidade de Energia Contratada (Ec_Ano) de suprimento deste, pelo período total de contrato, conforme descrito no Termo de Referência do Edital (**Subitem3**).

Notas:

- 1) A licitante deverá considerar a especificação detalhada de cada produto/serviço para apresentação da proposta, conforme detalhado nos **Anexo II** e demais condições do Edital e seus anexos.
- 2) Considerando que esta licitação tem como critério de julgamento o menor preço, os fornecedores deverão atender as especificações básicas apresentadas neste Edital e seus anexos.
- 3) É obrigatória a cotação de todos os itens constantes no(s) Lote(s).
- 4) **O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) ofertado(s) não poderá(ão) ter mais que duas casas decimais.** Caso ocorra, a Proposta de Preço deverá ser adequada para que os referidos valores fiquem com, no máximo, duas casas decimais.
- 5) Deverá apresentar o preço unitário e total em moeda corrente nacional, incluindo obrigatoriamente todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, fretes, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições que sejam devidas em decorrência, direta e/ou indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.
- 6) Os valores deverão ser apresentados em moeda nacional. Para aquisições em outras moedas, deverá ser feita a conversão e informar a taxa de câmbio.

(Carimbo e assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÃO: A proposta de preço deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinada, constando a razão social, CNPJ, endereço completo, e-mail e contatos telefônicos.

¹ ICMS: Para todo os anos a alíquota ponderada foi de 18%.

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
39/
42

ANEXO VII – GLOSSÁRIO

As terminologias constantes neste Termo de Referência terão os significados a seguir descritos, exceto quando o texto indicar especificamente de outra maneira:

- **AGENTE DA CCEE:** qualquer Concessionário, Permissionário ou Autorizado de serviços e instalações de energia elétrica, bem como os Comercializadores, Consumidores Livres e Consumidores Especiais integrantes da CCEE;
- **ACL:** Ambiente de Contratação Livre: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme Regras de Comercialização e Procedimentos de Comercialização específicos;
- **ACR:** Ambiente de Contratação Regulado: segmento do mercado com condições totalmente regulada pela ANEEL;
- **ADJUDICAÇÃO:** ato pelo qual o SAAE, confere ao Agente **VENDEDOR** vencedor o objeto a ser contratado;
- **AGENTE VENDEDOR:** pessoa jurídica, Autoprodutor, Produtor Independente, Comercializadora e Concessionária de Serviço Público de Geração de energia elétrica, titular de concessão, permissão ou autorização do Poder Concedente para gerar, ou comercializar energia elétrica que apresente Lance para a consecução do objeto deste Pregão de Compra de Energia Elétrica;
- **ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica: órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 2.335, de 06 de dezembro de 1997;
- **AUTOPRODUTOR:** pessoa jurídica com outorga de concessão ou autorização do Poder Concedente para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo;
- **CCEE:** Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica de que trata a Lei no 10.848, de 15 de março de 2004;
- **CENTRO DE GRAVIDADE:** ponto virtual definido nas Regras de Comercialização onde a geração total é igual ao consumo total daquele Submercado, sendo certo que neste certame se refere ao Submercado Sudestes/Centro Oeste;
- **CLIQCCEE:** é o Sistema de Contabilização e Liquidação, sistema computacional desenvolvido com base nas Regras de Comercialização e Procedimentos de Comercialização, que dá suporte à contabilização e liquidação financeira de toda comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
40/
42

- **COMERCIALIZADOR:** pessoa jurídica titular de autorização outorgada pelo Poder Concedente para fins de realização de operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE;
- **CONTRATANTE:** SAAE;
- **CONTRATADA:** VENDEDORA;
- **CONSUMIDOR LIVRE:** é aquele que, atendido em qualquer tensão, tenha exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições previstas nos artigos 15 e 16 da Lei 9.074 de 07 de julho de 1995 e Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004;
- **CONSUMIDOR ESPECIAL:** é o consumidor responsável por unidade consumidora ou conjunto de unidades consumidoras do Grupo A, integrante(s) do mesmo Submercado no SIN, reunidas por comunhão de interesses de fato ou direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW;
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** conjunto de regras fixadas no Termo de Referência para definir a análise dos Lances e correspondente classificação;
- **DATA DE REFERÊNCIA DOS PREÇOS:** primeiro dia do mês da realização da 1ª sessão pública;
- **TERMO DE REFERÊNCIA:** o caderno que divulga as condições e exigências para a participação de interessados no Leilão de Compra de Energia Elétrica, que regulamenta o objeto e define os parâmetros que regerão a futura contratação de energia elétrica. Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do Termo de Referência. As cláusulas do Termo de Referência indicarão os requisitos para: credenciamento do Agente VENDEDOR; o critério de julgamento e os fatores a considerar; minuta do futuro contrato a ser firmado com o Agente VENDEDOR vencedor. O SAAE e os Agentes VENVEDORES ficam sempre vinculados aos termos ou ao permitido no Termo de Referência, quanto ao procedimento, ao credenciamento, aos Lances, ao julgamento e ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica;
- **ENERGIA:** é a quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt hora (Wh) ou seus múltiplos;
- **ENERGIA CONTRATADA:** é o montante em MW médio contratado pelo SAAE no período definido, e colocado à disposição desta no Ponto de Entrega;
- **EQUIPE:** grupo de pessoas oficialmente designadas pelo SAAE, com a função de prestar a necessária assessoria ao Representante do SAAE em suas tarefas;
- **HOMOLOGAÇÃO:** ato pelo qual o SAAE, após verificar a regularidade dos atos praticados, ratifica o resultado do Pregão de Compra de Energia Elétrica;
- **IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado:** calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- **IPCA/IBGE –** significa o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- **MELHOR OFERTA:** Menor Preço por Lote em R\$/MWh;

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha
41/
42

- **MÊS CONTRATUAL:** é todo e qualquer mês do calendário civil do período contratual.
- **MERCADO CATIVO:** definição utilizada para o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, segmento do mercado com condições totalmente reguladas pela ANEEL;
- **MW médios:** Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período de tempo. O MW médio é calculado por meio da razão MWh/h, onde MWh representa a energia produzida e h representa a quantidade de horas do período de tempo no qual a referida quantidade de energia foi produzida. Assim, 1MW médio em 1 ano = 1MW x 8760horas = 8.760 MWh; 1MW médio no mês de janeiro representa 1MW x 744horas = 744MWh
- **OFERTA:** em sentido estrito, é representada pelos valores dos lances oferecidos por um Agente **VENDEDOR**;
- **ONS:** Operador Nacional do Sistema Elétrico: é o órgão criado pela Lei nº 9.648/98 responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados, sob a fiscalização e regulação da ANEEL;
- **Preço da Energia (Preço de Venda) em (R\$/MWh):** é o preço da Energia Contratada, expresso em Reais por MWh (R\$/MWh), para disponibilizar a Energia Contratada no Ponto de Entrega;
- **PONTO DE ENTREGA:** Centro de Gravidade;
- **PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO:** é o conjunto de normas operacionais aprovadas pela ANEEL que definem as condições, os requisitos eventos e prazos relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE;
- **PROCEDIMENTOS DE REDE:** é o documento elaborado pelo ONS, com participação dos agentes e aprovado pela ANEEL, por meio do qual se estabelecem os procedimentos e os requisitos técnicos para o planejamento, a implantação, o uso e a operação do sistema de transmissão, as penalidades pelo descumprimento dos compromissos assumidos pelos diversos agentes do sistema de transmissão, bem como as responsabilidades do ONS e de todos os usuários;
- **PRODUTOR INDEPENDENTE:** pessoa jurídica titular de concessão ou autorização outorgada pela Poder Concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco;
- **REAL:** moeda corrente do País, também expresso em “R\$”;
- **REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO:** é o conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL e de cumprimento obrigatório pelos agentes participantes da CCEE que, associadas aos Procedimentos de Comercialização estabelece as bases necessárias para a operação comercial da CCEE e estipulam o processo de contabilização e liquidação;



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº: 61/2023 / SAAE-VIC

DATA: 16/10/2023

Folha

42/
42

- **REPRESENTANTE CCEE:** Agente nomeado e constituído para ser seu representante operacional com poderes para o cumprimento de obrigações e exercício de direitos, observados os limites estabelecidos em Procedimento de Comercialização específico, podendo, para tanto, em nome dos interesses do representado, operacionalizar as rotinas inerentes às operações da CCEE;
- **SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – SIN:** são as instalações de geração, transmissão e distribuição conectadas pela Rede Básica de Transmissão, incluídas suas respectivas instalações;
- **SUBMERCADO:** são as subdivisões do mercado, correspondentes a determinadas áreas do SIN, para as quais são estabelecidos preços específicos, de acordo com as Regras de Comercialização;
- **TRIBUTOS:** são todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Contrato, incluindo, mas não se limitando ao PIS/COFINS/CSLL e ao ICMS, incidente na forma da legislação em vigor, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das partes. Tal exclusão abrange, não estando limitada ao imposto sobre a renda da pessoa jurídica e demais imposta.